

Tema: PLMJ				Âmbito: Especializada	
Título: Opinião, por Manuel Lopes Rocha				Temática: TIC - Tecnologias Informação e Comunicações	
2008/09/05	PC GUIA - PRINCIPAL	Pág.182	Imagem: 1/1	Periodicidade: Mensal	
				Inv.: n.a.	

OPINIÃO

Este pretensio debate, como sempre, não é debate nenhum, pois, em Portugal, os proponentes de qualquer ideia, sobretudo no que respeita ao ciberespaço, talvez pela necessidade de uma fórmula que passe rapidamente nos media, tendem a prometer-nos o Céu na velha Terra. Das declarações que tenho lido, mas admito que não tenham sido bem assim, não extraio nenhuma razão de confiança. Dizer-se que os tribunais e instâncias arbitrais vão resolver estas questões, pode ser mais uma manifestação de fé no ciberfuturo, mas eu que ando nuns e noutros, há muito tempo, não seria assim tão otimista. Uma reforma como esta tem de ser muito bem pensada, nomeadamente na limitação dos "estragos" laterais...

A verdade é que uma empresa americana, Mark Monitor Brandjacking Index, afirma num relatório recentemente publicado que o cybersquatting facto de registo de domínios na Internet para posterior

vendal subiu 40% este ano, sobretudo nas áreas de grande consumo de massas, como na tecnologia ou meios de comunicação social.

Ora, pergunto-me se vale a pena perder tanto tempo com uma reforma local, se, neste momento, à escala planetária, se está nas vésperas de uma mudança de consequências brutais no sistema mundial de nomes de domínio, como consequência da recente reunião do ICANN em Paris? Com efeito, nessa reunião histórica de Junho passado abriu-se a porta à extensão de domínios de primeiro nível, uma superliberalização que pode transformar nomes de Estados, apelidos, denominações sociais, em novos TLD.

Mas é curioso verificar que as declarações de Peter Dengate Trush, chairman do ICANN, foram muito cautelosas sobre a necessidade de evitar, desde o princípio, que esta liberalização possa ser usada para um ataque generalizado ao velho

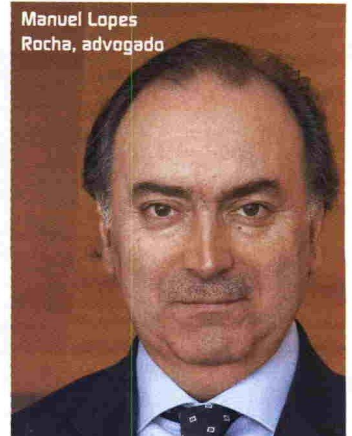
signal distintivo de muito antes do advento ciberespacial: a marca.

Por outro lado, a experiência demonstra que facilismos e exageros, ainda que sob a boa razão de estimular o negócio, podem não dar resultados inteiramente satisfatórios.

Sou daqueles que pensam que o sistema não tem funcionado mal em Portugal, tem-se confido, e bem, a litigiosidade exacerbada, que pode ter consequências bem graves. Para além disto, há uma generalizada confiança no .pt, porque se sabe que corresponde a entidades solidamente implantadas. Ora está demonstrado que se confia tanto mais nas marcas "virtuais", quanto estas correspondem às marcas da vida física. Um dia não será assim, mas nessa altura já cá não estará nenhum de nós para ver...

Como alguém escreveu sobre esta nova proposta de super-reforma do sistema mundial de nomes de domínio, esta pode ser o maior

avanzo online desde a criação da Internet, ou pode vir a tornar-se uma explosão de spam, utilização ilícita de marcas e cybersquatting que forçará os titulares das marcas a gastar fortunas para defender os seus bens. Era nestes assuntos que os reformistas otimistas deveriam pensar, com cuidado.



Manuel Lopes
Rocha, advogado